

**OS AGRICULTORES E SUAS ESTRATÉGIAS: A RELAÇÃO CONTRATUAL COM AS AGROINDÚSTRIAS\***

Alfio BRANDENBURG  
Angela Duarte FERREIRA\*\*

**Resumo:** Este artigo estuda o desenvolvimento da contratualização na agricultura, tomando como estudo de caso a produção de suínos no Paraná, sul do Brasil. São analisados os aspectos tecnológicos, comerciais e organizacionais do contrato, bem como o papel da contratualização no estabelecimento familiar, que predomina na relação contratual agricultura-indústria.

**Termos para indexação:** agricultura familiar, contratualização

**Abstract: Farmers' strategies: the role of contract farming in agriculture- industry relationship.** *This paper studies the development of contract farming in pig production, a case study in south Brazil. The technological, commercial and organizational elements of the contracts are analysed. It also examines the role of contract farming on family farms, the most usual in this type of relationship linking agriculture to industrie.*

**Index terms:** familiar agriculture, contractualization.

---

\* Este trabalho foi apresentado originalmente no Colloque de la Société Française d'Economie Rurale, realizado na Ecole National du Génie Rural, des Eaux et des Forêts em Paris, 9 e 10 de novembro de 1993.

\*\* Professores da Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Sociais, GEAS-Grupo de Estudos Agricultura e Sociedade.- Rua General Carneiro. 460, 9º andar- 80060 - Curitiba-PR

## 1. Introdução

O processo de contratualização anos nem seu resultado mais visível, mas teve um papel preponderante na transformação de alguns setores como o da produção avícola, na suinocultura e da produção de fumo. No entanto, sua relevância se colocou principalmente pelo que representou em termos da articulação agricultura e rede agro-alimentar e, em conseqüência, n no âmbito do setor agro-alimentar expande-se no Brasil desde final da década de 1960, paralelamente à modernização da agricultura. Não foi o indutor principal das mudanças que revolucionou o panorama agrícola do país nestes últimos o que significou em termos das novas demandas e exigências que tal relação traz para a produção agrícola e para seus atores sociais principais, os agricultores.

Do ponto de vista do conjunto da rede agro-alimentar, esse processo resultou na constituição de relações de contrato entre os diferentes atores de tal rede, desde produtores rurais, agroindústrias e redes de distribuição, passando por toda uma gama de serviços de apoio (como transportes, serviços logísticos diversos), também contratualizados.

Via contratos, a sincronia entre eles tende a se efetivar crescentemente. No caso da relação agroindústrias e agricultores, isto se dá pela fixação de normas e de controle de qualidade da matéria-prima, qualidade que tem relação não somente com elementos de ordem sanitária, mas de tipo de composição molecular. Além disto, também a questão da quantidade passa a ser regulamentada, criando uma certa previsibilidade de aportes de matéria-prima para o setor agroindustrial.

No que concerne à relação com os agricultores, os contratos de produção sempre foram questão controversa, sobretudo porque envolvem pequenos produtores rurais e grupos agroindustriais de grande porte. Constituem-se, tais contratos, em instrumentos de reprodução e ascensão social para esta camada de agricultores cujas dificuldades são crescentes? Ou, ao contrário, trata-se de uma nova forma de sua subordinação e empobrecimento? Pode-se pensar a contratualização como uma das vias de desenvolvimento da agricultura familiar? Estas questões se colocavam e ainda são pertinentes num país onde a grande maioria dos agricultores são pequenos e médios produtores familiares (BERGAMASCO e KAGEYAMA, 1989/90), onde o processo de êxodo rural é significativo e onde as estruturas de emprego e de vida urbanas são deficitárias.

Sem pretender responder decisivamente a tais indagações mas tendo-as como preocupações básicas de pesquisa, este texto procurou analisar alguns aspectos da contratualização desta agricultura basicamente familiar às agroindústrias, tomando como estudo de caso a suinocultura integrada<sup>1</sup> no Estado do Paraná, sul do Brasil.

Sua perspectiva principal foi de verificar a dimensão deste processo de integração no Estado, as características mais gerais destes suinocultores e as

---

<sup>1</sup> A utilização dos termos integração ou contratualização está sendo feita indistintamente, apesar das diferenças conceituais que se pode fazer entre eles. O termo integração é corrente entre os agricultores e empresas ou cooperativas a quem eles se vinculam.

especificações da atividade atualmente, analisando certos impactos da relação contratual sobre a mesma.

Como tal estudo faz parte de um projeto mais amplo sobre a reestruturação do sistema agro-alimentar no país<sup>2</sup>, no âmbito do qual outros estudos de caso estão sendo desenvolvidos, os dados e as conclusões são parciais, considerando-se o conjunto das análises já realizadas ou em elaboração pela equipe no seu todo.

As fontes utilizadas no momento são tabulações preliminares do cadastro da Associação Paranaense de Suinocultores - APS, referente ao primeiro semestre de 1992 ( 8.820 fichas); um levantamento realizado junto aos suinocultores no Encontro Estadual de Suinocultores de 1991, sediado em Laranjeiras do Sul, centro-oeste do Paraná (328 formulários); entrevistas feitas com agricultores no decorrer de três pesquisas ocorridas entre 1991/ 1992 (53 entrevistas); entrevistas com agroindústrias, sindicatos, associações de produtores e técnicos da EMATER/PR, também realizadas no decorrer do período mencionado. No que se refere às entrevistas com agricultores, somente uma primeira análise será aqui incorporada, já que o trabalho de estudo qualitativo em maior profundidade das mesmas ainda esta sendo efetuado. Algumas informações obtidas através de outro levantamento realizado em 1993 serão agregadas, também em caráter preliminar.

## **2. A agricultura do Paraná: modernização e contratualização**

A modernização da agricultura no Paraná é extremamente exemplificadora do processo de transformações pelo qual o setor agro-alimentar brasileiro vem passando. A dinâmica ou vias de efetivação destas profundas mudanças, sobretudo na produção agrícola e no meio rural, ali se desenrolaram nas suas formas mais típicas: a utilização de instrumentos de política agrícola, desde mecanismos creditícios até programas especiais de subsídios ao custo de certos insumos e/ou equipamentos; a montagem de uma rede de assistência técnica ao produtor no sentido de difundir culturas diferentes; a incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas; o incentivo à formação de cooperativas para viabilizar as transformações desejadas - num estado em que, em 1970, 77% dos estabelecimentos e 23% da área eram dos agricultores com menos de 20 ha; e o estímulo à agroindustrialização.

Além das conseqüências sociais e ecológicas já amplamente analisadas<sup>3</sup>, o resultado deste processo para a atividade agrícola é bem conhecido pelos que vivem dela ou a estudam, tanto no país como um todo como no Paraná. A agricultura integrou-se crescentemente às agroindústrias, ao capital financeiro e, direta ou indiretamente, aos setores de comercialização e distribuição, colocando-se em sintonia com mercados consumidores internos e externos.

---

<sup>2</sup> "A reestruturação do sistema agro-alimentar no Brasil", GEAS-DECISO/UFPR, em convênio com o CREDAL/IHEAL/Paris 3.

<sup>3</sup> Para o caso específico do Paraná, veja-se, por exemplo, MARTINE e GARCIA: 1987; GRAZIANO DA SILVA: 1981; BONIN, FERREIRA e GERBER: 1988; FERREIRA: 1987.

No âmbito deste movimento geral da integração da agricultura na rede agro-alimentar, desenvolveram-se formas maiores ou menores de transferência do processo de gestão da agricultura aos outros segmentos da rede através de contratos de produção. As chamadas correntemente de "integrações" desenvolveram-se no Estado em alguns de seus produtos mais típicos, vinculando os agricultores que os produzem às indústrias de transformação, sejam elas empresas ou unidades industriais de cooperativas. No Paraná, como em todo sul do país, trata-se do fumo, suínos, aves, bicho da seda, uva e, incipientemente, o leite<sup>4</sup>. Estas integrações apresentam níveis importantes de controle industrial sobre a produção agrícola tanto na determinação dos aspectos tecnológicos da atividade, tendo em vista parâmetros específicos de qualidade, como no controle da quantidade e fixação de preços. Há diferenças nos níveis deste controle conforme os produtos e diferenças nas respectivas dinâmicas de desenvolvimento de cada relação contratual. Há, no entanto, uma semelhança marcante entre os produtos ditos integrados: uma predominância de contratualização dos pequenos e médios estabelecimentos, conduzidos pelo trabalho direto de agricultores familiares ou, minoritariamente, pela gestão permanente de membros da família.

Entre as atividades integradas, a suinocultura é uma atividade das mais importante para o Paraná. Teve um papel decisivo no avanço da fronteira agrícola como atividade de pequenos produtores. Não há como se estudar a história da agricultura familiar no Estado e no sul do Brasil como um todo sem se referir à suinocultura ou ao menos à sua versão, mais rústica - a criação de porcos, como se verá a seguir.

### 3. De criador de porcos a suinocultor

A expansão da fronteira agrícola do sul do Brasil, em particular do Paraná, foi efetivada por unidades rurais familiares e camponeses, onde a criação de porcos era fundamental. Depoimentos de antigos agricultores e de técnicos agrícolas que habitaram e trabalharam no norte do Paraná à época da sua colonização (1920-1960) e no oeste e sudoeste durante os anos 50/65 mostram a predominância desta criação, tanto para a subsistência quanto para o comércio (FERREIRA: 1984).

Um conjunto de fatores explica esta importância. Em primeiro lugar, o baixo nível dos investimentos iniciais, as poucas exigências no manejo de uma criação rústica e não tecnificada, e a baixa demanda em terra eram fatores que franqueavam o acesso dos pequenos produtores familiares à atividade. Além disso, apresentava uma significativa complementaridade em relação às culturas e às atividades domésticas, já que a alimentação dos animais baseava-se nos cultivos do próprio estabelecimento e nas alimentares da família, e seus dejetos eram utilizáveis na adubação da agricultura. Era um produto bastante apreciado na

---

<sup>4</sup> No caso do país como um todo, pode-se acrescentar o tomate e a laranja, além de, em menor escala, outros legumes e frutas para sucos ou compotas.

alimentação, acessível ao pequeno produtor, o que já não acontecia no caso do gado de corte e que, ao mesmo tempo, era interessante comercialmente.

É justamente do ponto de vista comercial que a criação de porcos se mostrava original. A tradição de consumo da carne de porco em várias regiões do país e de sua gordura, indispensável para o preparo e conservação dos alimentos, gerava um mercado bastante amplo para tal produção. A maior parte do comércio de porcos no Paraná era realizada em nível local ou regional. O estado, como outros do país, contava com numerosos pequenos abatedouros nas vilas e cidades do interior, o que se somava ao abate e venda direta dos produtores aos consumidores, e garantia uma comercialização certa para a quantidade restrita que cada agricultor conseguia colocar no mercado.

No entanto, um aspecto acentuava a importância comercial desta atividade para os agricultores, principalmente no caso freqüente de ausência ou extrema precariedade de estradas: os porcos caminhavam para os locais de venda. Mesmo se este modo de comercialização gerasse uma perda de peso nos animais e uma baixa de preço obtido nos mercados urbanos, assegurava, no entanto, uma rentabilidade comercial a camponeses, para quem, muitas vezes, constituía-se na única alternativa de comércio nas condições existentes à época.<sup>5</sup> Além disto, representava uma reserva de valor à qual o agricultor poderia contar para arcar com problemas das mais diversas ordens (doença na família, casamento, nascimento, etc), o que fazia que seu rebanho variasse quantitativamente conforme sua utilização ou não dos porcos para esses gastos "extras". Nesta época da expansão da fronteira agrícola no Paraná, essa produção esteve sempre associada à pomicultura na qual o milho e o feijão eram privilegiados.

Gerações de agricultores se sucederam dentro deste esquema pomicultura/criação de porcos, que com freqüência se completava com a criação rústica de aves, que era, no entanto, basicamente de subsistência.

As transformações pelas quais estes agricultores passaram a partir do fim da década de sessenta e mais ainda durante os anos setenta provocaram profundos remanejamentos nas suas unidades agrícolas, notadamente no que diz respeito às culturas: com o avanço do soja, as culturas alimentares tradicionais foram substituídas pelo novo produto que, em certas regiões, assumiu caráter de monocultura. Além disso, a modernização das atividades agrícolas difundiu-se, fenômeno inerente à expansão do soja naquele momento, tendo como corolário a baixa na demanda de mão-de-obra permanente, familiar e assalariada (com exceção dos assalariados qualificados, cujo número aumentou durante este período).

Foi durante esses anos que a produção suína desapareceu de um grande número de estabelecimentos que adotaram o soja. Em outros, ao contrário, associou-se ao novo produto e se intensificou. Primeiramente, através dos

---

<sup>5</sup> Depoimentos de agricultores do norte e do oeste do Paraná mostram que a criação de porcos assegurou seus rendimentos monetários durante o início de sua instalação na terra, no período em que o escoamento de culturas era difícil. (entrevistas realizadas com agricultores para elaboração de tese de mestrado- FERREIRA:1984)

incentivos da EMATER e de financiamentos bancários, o que já transformou o tipo de criação existente, com a adoção de raças controladas tipo carne. Mas foi especialmente pela integração às agroindústrias que esta modernização da suinocultura se difundiu e se aprofundou. O desenvolvimento desta forma de relação agricultura/indústria se fez principalmente durante os últimos anos da década de setenta, apesar de ter se iniciado ainda em fins da década de sessenta.

A maioria dos que se integraram à produção suína "industrial" são provenientes de famílias de agricultores que praticavam tradicionalmente essa produção ou que tinham sido, eles mesmos, suinocultores tradicionais. Eles tiveram de transformar seu método de criação e incorporar um conjunto de progressos tecnológicos (raças selecionadas para diminuir o aporte de gordura e melhorar a qualidade da carne, procedimentos de controle sanitário, utilização de rações industriais, instalações especiais, etc), cujo impulso para adoção foi dado pelas agroindústrias, através dos contratos de integração (orais e escritos). Em alguns casos, esta mudança se fez paralelamente às transformações da unidade produtiva como um todo. Em outros, as atividades de cultura permaneceram tradicionais.

No entanto, dois segmentos de agricultores continuaram na suinocultura sem se integrar às agroindústrias: de um lado os mais pobres, que não tinham meios de acesso a crédito para financiar esse novo modo de produção e conservaram o antigo sistema, dispondo ainda no mercado dos pequenos abatedouros; de outro lado, uma parcela dos agricultores mais capitalizados, que incorporaram as inovações disponíveis, mas que permaneceram autônomos (ou tornaram-se autônomos após um período de integração), tendo como mercado os abatedouros e agroindústrias médias que não fazem a contratualização, além de fornecerem o produto complementar para as grandes indústrias, se a produção integrada é insuficiente.

Nestas três vias de desenvolvimento, a atividade permaneceu ligada à agricultura, seja no esquema criação/policultura, seja em combinação com o soja ou outro cereal. Ressalte-se que a opção pela suinocultura é, em todos os casos, uma alternativa acessível a agricultores com áreas pequenas e médias - a exigüidade de terra não é uma limitante para sua viabilização. Como já se analisou para outros casos semelhantes, trata-se, ao contrário, de aumentar verticalmente o estabelecimento agropecuário, com a intensificação das produções "fora do solo," numa situação em que é difícil seu crescimento horizontal ( GUYOMARD:1989).

Um aspecto interessante da suinocultura no sul é o fato que permanece uma atividade de agricultores familiares, seja contratualizada ou não (BELATO: 1986; PAULO: 1990; BRANDENBURG e FERREIRA: 1991). A maior parte das agroindústrias adotou como critério de seleção a condição familiar da exploração. Justificam esta exigência pela disponibilidade e dedicação ao trabalho de agricultores que cuidam de sua própria terra e de seu patrimônio - uma diferença que consideram fundamental em relação às explorações operadas só por assalariados.

Dentre estes, há os que fazem criação de porcos e os que desenvolvem a suinocultura industrial. De qualquer forma, o fato é que a suinocultura continua sendo atividade relevante no Paraná. Segundo dados do último censo, 56% dos estabelecimentos agrícolas do Estado desenvolviam a produção suína em 1985, englobando-se aí os que a realizam como atividade de subsistência, com venda dos excedentes no mercado local, e as explorações que a empreendem como atividade comercial, secundária ou principal em relação às outras atividades do estabelecimento.

A grande penetração da suinocultura entre os agricultores do Paraná, assim como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, traduz-se em uma expressiva concentração da produção de porcos e de carne suína no sul do país, como se vê pela tabela abaixo:

**Tabela 1- Rebanho, abate e produção de carne suína no sul do Brasil-1992**

Local	Rebanho (mil cabeças)	%	Abate SIF (mil cabeças)	%	Produção (mil ton.)	%
Paraná	4.300	13.43	1.816	18.16	220	18.33
Santa Catarina	3.500	10.93	4.609	46.09	370	30.80
Rio G do Sul	3.800	11.87	2.348	26.76	280	23.33
Sul	11.600	36.25	8.773	87.73	870	72.5
Outras regiões	20.400	63.75	1.227	12.27	330	27.5
BRASIL	32.000	100.00	10.000	100.00	1200	100.00

FONTE: MARA/SIF-IBGE-1992, citado por ABCS:1993

Como se vê pelos dados acima, embora o sul do país concentre em torno de um terço do rebanho, sua produtividade e sua destinação para consumo industrial é significativa: concentra 87% do abate SIF e 72% da produção de carne.

Esta produção é realizada em grande parte por estabelecimentos integrados às agroindústrias. Estima-se que cerca de 90 % da produção é integrada no Paraná, 80% em Santa Catarina e 50% no Rio Grande do Sul.<sup>6</sup> Os dados levantados pela presente pesquisa apresentam um percentual de 72% de integrados entre os agricultores pesquisados, com se vê pela tabela abaixo:

<sup>6</sup> Entrevistas com ABCS, APS, ACSSC, ACSRS (associações de suinocultores)- 1993

**Tabela 2. Condição dos produtores pesquisados em relação à integração da suinocultura. Paraná-1991**

Condição do produtor (em relação à integração na suinocultura)	Número de agricultores	%
Integrados	23*7	72.7
Não integrados	89	27.3
Total	326	100.0

FONTE: Levantamento realizado no Encontro Estadual de Suinocultores-1991-Laranjeiras do Sul, Paraná.

Esta preeminência dos contratos de produção sobre a suinocultura não contratualizada é uma particularidade do sul do país, justamente onde se concentra a produção e abate. Nas demais regiões, desenvolve-se uma suinocultura autônoma, não ligada nem a empresas nem a cooperativas, mas freqüentemente reunida em associações.

No Paraná, a maior parte da integração é concentrada em uma empresa privada-a SADIA, embora outras empresas e cooperativas tenham presença nos contratos com suinocultores, como se vê a seguir:

**Tabela 3. Agroindústrias integradoras dos agricultores pesquisados (referente à integração em suínos).Paraná-1991**

Empresas Integradoras	Número de agricultores	%	% Acumulado
SADIA	156	47.85	47.85
Cooperativas	50	15.34	63.19
CEVAL	16	4.91	68.10
Outras empresas	15	4.60	72.70
Não integrados	89	27.30	100.00
TOTAL	326	100.00	

FONTE: Levantamento realizado no Encontro Estadual de Suinocultores-1991 Laranjeiras do Sul, Paraná

Outra característica da produção de suínos é a predominância das modalidades de criação de *ciclo completo* ( que desenvolve a criação de suínos desde o manejo das matrizes, gestação dos leitões até a fase final de terminação). As demais modalidades são minoritárias, apesar de estarem em franca expansão, especialmente entre agricultores integrados. Tratam-se dos *iniciadores* (aqueles que, através de matrizes controladas geneticamente, produzem leitões para repasse a agricultores que fazem o processo de recria e engorda) e os *terminadores* ( que, portanto, completam a criação dos produtores anteriores), além dos *criadores de matrizes e reprodutores*.

Segundo dados da Associação Paranaense de Suinocultores, entre seus cadastrados no ano de 1992, segundo semestre, 93% faziam ciclo completo, 1% fazia cria e recria (iniciadores) e 1% faziam a engorda (terminadores).

Os dados desta pesquisa mostram também a preponderância da modalidade ciclo completo, embora mostrem um percentual mais significativo dos iniciadores e terminadores:

**Tabela 4- Modalidade de criação de suínos entre os agricultores pesquisados. Paraná-1991**

Modalidade de criação	Número de agricultores	%	% Acumulado
Ciclo completo	193	59.20	59.20
Iniciadores	54	16.56	75.76
Terminadores	16	4.91	80.67
Cria matrizes	45	13.80	94.47
Não declarado	18	5.53	100.00
Total	326	100.00	

FONTE: Levantamento realizado no Encontro Estadual de Suinocultores-1991 Laranjeiras do Sul, Paraná

Os estabelecimentos que desenvolvem suinocultura intensiva, sejam integrados ou não, têm área pequena ou média:

**Tabela 5. Tamanho dos estabelecimentos dos agricultores pesquisados. Paraná-1991**

Tamanho (ha)	Nº de estabelecimentos*	%	% Acumulado
0-5	21	6.4	6.44
5-10	22	6.7	13.19
10- 20	80	24.54	37.73
20- 50	112	34.35	72.08
50- 100	35	10.73	82.82
100-200	19	5.82	88.65
200- 500	16	4.90	93.55
500 e mais	7	2.14	95.70
Não declarado	14	4.29	100.00
Total	326	100.0	100.00

FONTE: Levantamento realizado no Encontro Estadual de Suinocultores-1991 Laranjeiras do Sul, Paraná

\* Somente um agricultor por estabelecimento foi entrevistado, geralmente o chefe da exploração. Isso significa dizer que um agricultor corresponde a um estabelecimento.

Entre os 72 % de agricultores com áreas inferiores a 50 ha, predominam os de área entre 10 e menos de 20 e entre 20 e menos de 50 ha., o que , para o Paraná, corresponde a pequenos e médios estabelecimentos. As explorações de menos de 10 ha são minoritárias, assim como os grandes estabelecimentos .

O número de matrizes por estabelecimento é pequeno: 79 % possuem menos de 50 matrizes, sendo que os extratos de menos de 20 concentram a maior parte das explorações.:

**Tabela 6. Número de matrizes por estabelecimento dos agricultores pesquisados. Paraná-1991**

Número de matrizes	Número de estabelecimentos	%	% Acumulado
0-5	52	15.95	15.95
5-10	68	20.86	36.81
10-20	77	23.62	60.43
20- 50	62	19.02	79.45
50-100	28	8.59	88.04
100- 200	6	1.84	89.88
200- 500	13	3.99	93.87
Não declarado	20	6.13	100.00
Total	326	100.00	100.00

FONTE: Levantamento realizado no Encontro Estadual de Suinocultores-1991 Laranjeiras do Sul, Paraná

A força de trabalho familiar é componente de praticamente todos os estabelecimentos pesquisados, com exceção de 6%, que só utiliza mão-de-obra contratada:

**Tabela 7. Força de trabalho utilizada nos estabelecimentos dos agricultores pesquisados. Paraná-1991**

Força de trabalho	Nº de estabelecimentos	%	% Acumulado
Familiar	132	40.49	40.49
Familiar e Empregados temporários.	89	27.30	67.79
Familiar e Empregados Permanentes	79	24.23	92.02
Familiar e Empregados temporários e permanentes	2	0.61	92.63
Só mão-de-obra contratada	20	6.14	98.77
Não declarado	4	1.23	100.000
Total	326	100.0	

FONTE: Levantamento realizado no Encontro Estadual de Suinocultores-1991 Laranjeiras do Sul, Paraná

Uma parte significativa só utiliza mão-de-obra familiar (40%).<sup>7</sup> A contratação de mão-de-obra temporária ou permanente é praticada por, respectivamente, 27% e 24% dos estabelecimentos. Pelas entrevistas com os agricultores, ficou evidente que a participação dos diferentes tipos de mão-de-obra não pode ser analisado de uma forma unívoca, já que o trabalho da família ou o de empregados é inserido de diferentes formas, no âmbito de distintas maneiras de divisão do trabalho e de capitalização dos agricultores, como se verá posteriormente.

Este rápido panorama da suinocultura no Estado abarca tanto agricultores contratualizados como os demais, mas, dada a preeminência dos primeiros, permite uma caracterização básica dos produtores de suínos integrados no Estado do Paraná. Mesmo na ausência de dados gerais mais completos, depoimentos de dirigentes de associações e de sindicatos confirmam este perfil dos estabelecimentos integrados na suinocultura para o Paraná. Além disto, permitem afirmar que o mesmo quadro se repete no sul do Brasil como um todo, com diferenças nas importâncias relativas dos tipos ou extratos e com uma diferença fundamental: os demais estados do Sul possuem uma rede bem mais ampla de agroindústrias processadoras de carne suína, o que dá uma margem de manobra mais ampla para os suinocultores.

<sup>7</sup> Na continuidade do texto, os agricultores que só utilizam mão-de-obra familiar serão denominados de MF. Os que empregam mão-de-obra temporária serão citados como MT, os que empregam mão-de-obra permanente como MP, e os que utilizam ambas serão mencionados como MTP.

#### 4. A contratualização entre agricultores e agroindústrias

A partir das entrevistas realizadas com agricultores integrados, técnicos de agroindústrias e associações de produtores, pode-se compreender como se estabelece na prática o controle agroindustrial sobre a produção agrícola e os espaços de ação de que dispõem os agricultores nesta relação contratual. Por outro lado, esta demonstração do que significa, atualmente, a contratualização da suinocultura permite uma reflexão sobre o que esta via representa para a viabilização dos agricultores que nela se inserem e até em termos mais amplos, pensando-se a agricultura familiar como um todo.

Em primeiro lugar, é importante assinalar que o sistema de produção do suinocultor integrado é diversificado e envolve as explorações consideradas pelo agricultor como sendo de consumo na propriedade, e as explorações comerciais. A análise das entrevistas realizadas com agricultores mostra que as unidades de produção familiar aqui analisadas estão organizadas com pelo menos quatro explorações. Deve-se destacar que a cultura do milho é, entre as explorações, imprescindível.

A presença do milho em praticamente todos os sistemas de produção ocorre por se constituir num requisito da suinocultura, pela sua importância atual na composição da ração porcina. Para os suinocultores de ciclo completo, a disponibilidade própria de todo ou parte de milho consumido pelos suínos é mesmo uma exigência das agroindústrias.

As culturas consideradas "típicas" de mercado ou preferenciais na viabilização econômico-financeira da unidade de produção agrícola são tratadas de forma diferenciada em relação à utilização de insumos modernos. Todas as explorações destinadas ao processamento agroindustrial são praticamente modernizadas, ao passo que as culturas de mandioca, de feijão, ou outras para alimentação são cultivadas quase exclusivamente sem qualquer uso de insumos modernos.

O contrato de produção, seja verbal ou escrito, é o instrumento que formaliza a relação suinocultor-agroindústria. Através dele, a agroindústria controla a atividade do suinocultor, impõe índices de produtividade que obedecem a padrões industriais da atividade, com a substituição crescente de produtos agropecuários *in natura* ou rústicos por produtos processados ou produzidos industrialmente. Ao mesmo tempo, estabelece um conjunto de critérios, variável em função da conjuntura e da região, para seleção dos produtores a serem integrados. Garante, desta forma, que o processo de externalização da atividade produtiva de matérias-primas entre milhares de unidades agrícolas não interfira no estandartização desejada do produto.

É assim que são selecionados agricultores com tradição na suinocultura que já detêm conhecimento no manejo de suínos, mas que passam por um processo de reinstrumentalização técnica. Também são condições para realização do contrato o fato do suinocultor ser proprietário da terra e morar no estabelecimento, ter mão-de-obra disponível, estar disposto a construir instalações adequadas, seguir normas técnicas e controle sanitário da produção, segundo

orientações da indústria. O agricultor só tem condições de entrar no circuito da integração ou mesmo continuar nela se operar com um número de matrizes que se justifique economicamente. No caso do produtor de ciclo completo, o número tende a variar em função de interesses estratégicos das empresas.

Um exemplo deste tipo de interesse conjuntural é uma situação de carência de matéria-prima, em uma região nova de integração, onde recém se instalou uma unidade de abate. Outro exemplo é o fato de que a localização do estabelecimento em termos geográficos viabilize, sem custos extras, a coleta de suínos em pequena escala (por estar dentro da rota de coleta junto a produtores mais expressivos). Em todos os casos, não chega a ser menos que 6 matrizes por produtor e se situa, em média, acima de 10 matrizes, como já se viu anteriormente.

A predominância da modalidade de contrato de ciclo completo não significa que este seja o contrato preferido atualmente pelas integradoras. Há uma tendência da externalização da produção agroindustrial ser organizada em produtores iniciadores e terminadores. Isto se deve, primeiramente, a razões de ordem técnica. Segundo vários dos agentes sociais envolvidos na suinocultura e segundo os técnicos de empresas e cooperativas, essa especialização teria efeitos importantes na melhoria da produtividade da atividade, dada a maior qualificação dos agricultores, com reflexos diretos na qualidade do produto final. Do ponto de vista das integradoras e da própria relação contratual, seria uma forma de distinguir entre os diferentes tipos de produtores, enquadrando-os na modalidade mais adequada a suas possibilidades.

O contrato com produtor iniciador se estabelece somente com produtores com maiores possibilidades de investimento, mais modernizados e mais qualificados tecnicamente, selecionados pelas agroindústrias como aqueles capazes de assegurar a reprodução da qualidade genética das matrizes. Já os contratos de terminação se realizam com produtores menos capitalizados e com menores disponibilidades de tempo exclusivo para a atividade e/ou com menores habilitações técnicas. Na prática, esta especialização tem sido uma forma indireta de exclusão dos pequenos produtores de ciclo completo que não têm meios para aumentar a sua escala de produção, e não querem se especializar na terminação. Se com os antigos integrados isto vem acontecendo, é praticamente uma regra para os novos candidatos à integração.

A formalização do contrato de produção nem sempre significa a existência de um acordo por escrito. Praticamente a metade dos suinocultores entrevistados não possuíam qualquer documento legal que expressasse obrigações entre suinocultores e agroindústria. Neste caso, o contrato é verbal e o controle da produção funciona informalmente através de mecanismos de orientação técnica e de fiscalização, que é desempenhado por um técnico agrícola, ou agrônomo contratado pela indústria. O controle comercial é feito pela empresa que faz os lançamentos de compras do agricultor durante o ciclo produtivo, para posterior desconto do preço do lote no momento da venda. No caso dos iniciadores e terminadores, há maior presença de contratos escritos, onde os fornecimentos e ganhos são explicitados.

Dentre os vários elementos que permeiam a relação contratual, a tecnologia é que constitui o instrumento estruturador da produção agrícola. Estando submetida às exigências de um mercado altamente competitivo, a organização técnica e administrativa da produção obedece ao imperativo de um padrão tecnológico exigente em produtividade e qualidade. Cabe destacar a relativa heterogeneidade ainda existente no âmbito da suinocultura integrada no que se refere a níveis de modernização da atividade e índices de produtividade, e, conseqüentemente, de homogeneização da qualidade do produto entregue às agroindústrias. Tal constatação fica evidente ao se comparar a suinocultura à avicultura integrada e explica a insistência na proposta de especialização da criação em iniciadores e terminadores.

Um dos elementos importantes da integração foi, desde o seu início, a substituição das raças tradicionais por raças mais produtivas em carne como Landrace, Large White, Duroc, cujas linhagens são fornecidas pela agroindústria ou por um criador de reprodutores e matrizes reconhecido por ela. Como corolário deste processo de avanço do controle da qualidade da atividade suinocultora, algumas empresas têm excluído os criadores de reprodutores e matrizes da integração, assim como abolido o credenciamento de produtores independentes integrados, optando, logo que tenham condições (como é o caso da SADIA) pela produção própria dos mesmos e venda direta aos seus integrados. Uma razão de ordem comercial se acrescenta a esta motivação de ordem técnica: não menos importante para esta exigência de exclusividade na venda das matrizes e reprodutores é o fato de que atualmente esta produção é uma das atividades econômicas de algumas agroindústrias e, como tal, deve ser incrementada.

A ração, cujo balaceamento nutricional é realizado conforme a fase de criação do porco, é obrigatoriamente comprada ou fornecida pela empresa integradora, conforme a modalidade de contrato (ciclo completo ou especialização) e combinada com o milho na proporção de 3:1. Algumas integradoras permitem que o agricultor utilize a mandioca e/ou a abóbora em complemento à ração industrial. A composição de uma ração caseira em certas situações é tolerada, em função de interesses estratégicos da empresa, sem contudo se dispensar a ração industrial (como, por exemplo, quando se trata de uma região com escassez de integrados e onde estes têm condições econômicas precárias). O controle na compra da ração obedece aos mesmos critérios dos assinalados no caso das matrizes: qualidade da carcaça e viabilização de um ramo importante de atividades das empresas integradoras, sejam empresas privadas ou cooperativas.

Sob orientação constante de técnicos da empresa, que normalmente realizam visitas quinzenais, os medicamentos podem ser obtidos ou na empresa ou diretamente no mercado local. Esta maior autonomia na compra destes insumos tem a ver com um fator técnico- sua formulação incide menos diretamente na qualidade da carcaça- e com um fator econômico dele derivado- as empresas não os fabricam, atuando apenas como suas repassadoras.

A prioridade da assistência técnica está voltada para o manejo de suínos, embora também se faça visando à melhora das instalações e à transmissão de

outras informações gerais. Nas entrevistas realizadas, são poucos os registros de transmissão de conhecimentos mais aprofundados.

Toda a produção de carne é entregue à agroindústria conforme as exigências contratuais. Ao produtor também é permitido o abatimento para o próprio consumo em percentuais indicados pela indústria integradora. Ocasionalmente alguns agricultores comercializam parte da produção no mercado local, em caso de necessidade de recursos para prover sua subsistência. Esta prática, embora não admitida contratualmente, parece ser tolerada quando o agricultor tem necessidades de adquirir produtos diretamente relacionados com sua manutenção. Normalmente, no entanto, a venda a terceiros é a pior falha do produtor e gera, a curto ou médio prazo, sua exclusão da integração.

O transporte da produção de suínos e da ração geralmente é realizado pela própria agroindústria ou por pessoas e empresas credenciadas por ela para tal tarefa. As taxas de transporte da ração são pagas diretamente pelo produtor e os fretes de suínos pelas agroindústrias, passando implicitamente a ser elemento de custo na determinação do preço pago ao produtor. No entanto, embora sejam descontadas do produtor, seja indiretamente, via preço dos produtos, ou de forma direta, na fatura de acerto de contas, muitos agricultores acreditam serem os fretes patrocínio da empresa ou revelam desconhecimento sobre a forma de pagamento.

O pagamento geralmente é realizado pelas agroindústrias por ocasião da entrega da produção, quando da visita do agricultor à agroindústria para realização do acerto de contas. Nesta oportunidade, o agricultor recebe o que é considerado seu rendimento líquido, isto é, o saldo, descontadas as despesas de fornecimento de ração, de produtos veterinários, de frete da ração ou de fornecimento de matrizes. O item mais dramático e conflituoso, e que mais chama a atenção dos agricultores, refere-se aos descontos relativos à ração, no caso dos agricultores de ciclo completo. Numa economia inflacionária como a brasileira, seu preço é acrescido de juros e correção desde a retirada do produto até a venda dos suínos. Além disto, há a tendência dos preços da ração subirem mais que o preço pago aos porcos. Conseqüentemente, o acerto de contas, é o momento em que o agricultor percebe com maior clareza seu lucro ou prejuízo. Sem que este fato seja corrente, já se registraram casos em que o acerto resultou no zeramento das contas dos agricultores.

### **5-A relação contratual e a gestão da unidade produtiva.**

A contratualização da suinocultura às agroindústrias pretende estandarizar a qualidade do produto e baratear seu custo através de determinações que buscam homogeneizar o processo de produção de suínos. No entanto, os agricultores que realizam esta atividade não são homogêneos; possuem diferentes tamanhos de propriedade da terra, adotam graus variados de tecnificação tanto na suinocultura como nas demais atividades do estabelecimento, empregam mais ou menos mão-de-obra externa à família e, quando se circunscrevem a ela, têm relações internas que vão da quase indivisibilidade do trabalho e da remuneração até o assalariamento ou parceria entre pais e filhos ou parentes.

Se há tal heterogeneidade, não se pode desconhecer o traço majoritário de serem agricultores onde a família tem um peso primordial na realização direta do trabalho e onde a mão-de-obra externa é basicamente temporária (aí no sentido estrito de mão-de-obra contratada no pique de trabalho das culturas), convivendo freqüentemente com a troca de dias com os vizinhos. Também se assemelham no fato de que são ao menos semi-modernizados: a suinocultura integrada sempre se moderniza, mesmo havendo patamares diferentes desta modernização entre os agricultores. Além dela, há alta incidência de culturas mecanizadas nos sistemas de produção destes suinocultores, mesmo entre os que produzem parcelas do ciclo agrícola em padrões mais tradicionais.

A natureza destas semelhanças e das diferenças entre os agricultores permite perceber que a relação contratual não interfere de uma forma global e totalizadora na organização da produção e na racionalidade da gestão dos estabelecimentos integrados. A suinocultura, até um determinado nível de seu desenvolvimento, em termos de magnitude da atividade (número de matrizes acima de 50, por exemplo), não é percebida como atividade de maior importância que as outras do estabelecimento. Ela se articula às demais, é priorizada ou não conforme as fases mais intensas de trabalho do ciclo produtivo da criação e das lavouras. Ela as complementa, fornecendo, por exemplo, o adubo orgânico para a lavoura e constituindo-se numa fonte de renda e numa reserva em capital que pode ser utilizada para cobrir déficits das culturas ou emergências de outra ordem.

Estas variações entre os agricultores implicam diferentes tipos de racionalidade na gestão da unidade produtiva. Se o objetivo geral, no discurso dos agricultores, é o rendimento econômico e a lucratividade, há uma outra racionalidade, inerente à dimensão sócio-cultural dos agricultores, que atua como coadjuvante da razão econômica e instrumental. Esta e o quanto ela interfere na gestão do estabelecimento diferencia os agricultores entre si em vários aspectos dos quais o mais fundamental é a visão que têm do "lucro".

Para os agricultores MF e parcela dos MT, é muito freqüente uma visão de que o lucro é a possibilidade de reproduzir a família, em níveis de subsistência razoáveis. Aumentar a lucratividade, na maioria dos casos analisados dentro destas camadas de agricultores, é poder usufruir de níveis melhorados de qualidade de vida e de uma certa segurança na conservação do patrimônio já adquirido: "poder tirar férias uma vez por ano", "não ter de vender matrizes quando tem doença na família", "não correr o risco de ter de vender parte da propriedade".

Entre os agricultores MP, há também os que vêem o lucro como tal. No entanto, já é mais freqüente a percepção do lucro como excedente líquido da atividade produtiva, aquele montante que deve ser reinvestido na atividade.

O interessante é que os três segmentos de agricultores não realizam um cálculo econômico de custos de produção segundo padrões de um cálculo empresarial. Os que dizem calcular custo de produção (40 dos 53 entrevistados), realizam anotações parciais e não sistematizadas, fazem um balanço de memória, considerando como elementos de custo principalmente a ração (40 dos 53 entrevistados). Em poucos casos (9), computam-se também os medicamentos, a

luz e a água e outros custos de manutenção das instalações. Neste último caso, a referência é pontual e imediata, não a adoção de algum índice geral de depreciação: "neste ano tive de reformar uma parte do teto da maternidade e foi um dinheirão". A mão-de-obra só aparece como elemento de custo da suinocultura nos casos em que há contratação de mão-de-obra para atender a atividade, envolvendo custos monetários. Nos casos mais freqüentes em que isto não se verifica, não há computação do trabalho familiar como elemento do custo de produção.

Independentemente das formas concretas adotadas pelas agroindústrias para cálculo destes custos (onde mão-de-obra é computada, embora nem sempre em níveis considerados compatíveis pelas entidades organizativas ou de assessoria dos agricultores), esta visão do custo de produção como custo monetário- ou seja, aquilo que é comprado no mercado -e a exclusão do trabalho familiar desta composição têm obviamente efeitos diferentes na percepção que se tem da lucratividade da atividade. Muitos agricultores sequer conseguem analisar se a suinocultura integrada é lucrativa. Embora desejando "lucratividade", não possuem os controles que permitiriam chegar a esta análise. Há uma percepção de que a atividade "dá para o gasto" atualmente, mas é cíclica, conforme as grandes oscilações de preços dos suínos. Mas, mesmo se percebem ou intuem que não têm lucro, a permanência na atividade não significa uma irracionalidade do agricultor. Há uma contabilidade que sem dúvida considera aspectos econômicos, mas que tem em vista, especialmente, a reprodução de suas condições de vida. Uma racionalidade, portanto, diferente da racionalidade estritamente empresarial.

O contrato de produção expressa uma perspectiva de garantia de renda do produto já que estabiliza seu escoamento, mesmo se em níveis de preço que os agricultores consideram insuficientes. Aumenta, portanto, a capacidade de reprodução social da família, agregando-se às demais atividades do estabelecimento cuja venda depende mais das oportunidades de mercado.

Embora também não controlem adequadamente os custos, os agricultores mais capitalizados têm condições de reproduzir suas condições de vida e ampliar seus meios técnicos de produção, respondendo às demandas crescentes da agroindústria em tecnificação dos produtores para melhora da sua produtividade e da qualidade do seu produto.

## **6-Agricultura familiar e contratualização às agroindústrias: observações finais**

A suinocultura contratualizada é praticamente toda realizada por agricultores familiares. No entanto, a tendência a uma diferenciação interna entre os suinocultores é visível -para garantir as margens de lucro é preciso investir mais e aumentar a escala de produção- e há dificuldades crescentes de entrada na atividade através de contrato, exceção feita às regiões novas (onde as agroindústrias ainda não têm fornecimento de matéria-prima garantido). Aos que permanecem sem realizar novas inversões ou aumentar o plantel, a atividade é

mantida mesmo sem lucratividade, para não se perderem os investimentos feitos em instalações e para poder aproveitar as conjunturas de bom preço, onde a atividade pode complementar a renda dos estabelecimentos. A complementaridade produtiva da suinocultura em relação às outras atividades do estabelecimento é outro elemento que induz a sua continuidade.

A permanência, neste caso, pode ser fora da integração, já que uma continuada impossibilidade de aumentar escala e produtividade tem levado à exclusão dos contratos

Se a relação contratual pode viabilizar a reprodução social de uma parcela de agricultores e mesmo a capitalização de uma outra parcela mais restrita, a situação se apresenta extremamente vulnerável ao grupo restrito de agricultores familiares MF ou MT que reduzem a atividade econômica a uma atividade contratualizada. Sem diversificar a atividade e sem condições de desenvolver outras atividades complementares à contratualizada, torna-se difícil a reprodução de suas condições de vida. O mesmo ocorre com os agricultores MF ou MT que diversificam o estabelecimento, mas em escalas reduzidas de atividade ( porque têm pouca terra ou pouca mão-de-obra e pouco capital) e que também não têm muitas matrizes ( abaixo de 15).

A vantagem que os contratos aportam, em termos de garantia do escoamento da produção, é reconhecida por todos. Entretanto, a perda que a comercialização exclusiva representa no preço é bastante visível, dado o fato de que há um setor da suinocultura não contratualizado, fortemente amparado por associações de produtores e que auferem preços mais compensadores. Para as agroindústrias menores, é este setor que se constitui no fornecedor habitual. Na carência de matéria-prima para as agroindústrias maiores, são estes os produtores "pulmão", asseguradores da continuidade de suas atividades: fornecem a matéria-prima necessitada a preços superiores aos pagos pelas indústrias a seus contratualizados.

Pode-se, assim, falar de um processo seletivo e excludente da contratualização na agricultura. Neste quadro, os agricultores percebem a contratualização como a estratégia possível numa situação de falta de capital de giro para se estabelecer por conta própria: os que se capitalizam tendem a deixar o contrato tanto quanto os mais empobrecidos tendem a sair também.

A contratualização só viabiliza a agricultura familiar na medida em que esta tenha força de trabalho e condições suficientes para empreender uma significativa diversificação da atividade agrícola. Neste caso, principalmente com o desenvolvimento de atividades complementares que reduzam tanto os custos da própria reprodução da força de trabalho como os custos da produção de suínos.

Concluir que a diversificação do estabelecimento é uma forma de viabilizá-lo, não é nenhuma apologia da mesma. Mas uma constatação prática que não exclui a percepção de que isto significa mais trabalho - em muitos casos, sacrifício - para o agricultor e sua família, especialmente para aqueles que pouco dispõem de mão-de-obra contratada. Uma forma de viabilização da agricultura familiar, que, no entanto, não significa o fim do processo de exclusão que vem ocorrendo entre os suinocultores integrados.

**R. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v.33, nº 03, p. 63-82, jul./set 1995**

Agricultores e as agroindústrias, através da relação contratual, realizam um processo de interação que não se esgota em si mesmo, mas depende das interações entre os demais elos da rede agro-alimentar e de conjunturas econômico-sociais mais gerais (compreendendo aí desde as diferentes políticas agrícolas, as condições do mercado nacional e internacional dos bens produzidos por este contrato, até a própria dinâmica do mercado de trabalho urbano, o que pode ser um elemento regulador da permanência no contrato e no meio rural). Tal processo depende também de outros elementos sócio-econômicos como a natureza e tamanho da exploração agrícola contratualizada, as características do território onde se desenvolve a contratualização (por exemplo, localização das unidades produtoras e qualidade da infra-estrutura viária).

Como se viu, embora a atividade contratualizada esteja sendo controlada técnica e administrativamente, isto não significa que toda a organização produtiva passe a ser comandada pelas agroindústrias integradoras. Não é a unidade produtiva que se contratualiza, mas a atividade da suinocultura, a qual, ao invés de ser praticada na unidade industrial, é externalizada e pulverizada entre diversos agricultores. Desta forma, não se anula o processo decisório do agricultor e uma certa margem de autonomia no que se refere ao processo de gestão da unidade produtiva. Nesse sentido, certamente outras atividades são afetadas no processo de gestão da unidade produtiva como um todo, mas ao agricultor permanece a possibilidade de desenvolver outras atividades e reorganizar a produção sempre que as condições materiais como a terra ou uma maior disponibilidade de mão-de-obra o admitirem.

As trajetórias de vida dos agricultores e elementos sócio-culturais como suas expectativas de reprodução e ascensão social compõem um contrato de produção e se sintetizam nele como em todas as demais ações econômicas que empreendem. Neste sentido, a constatação de que ser contratante é apenas uma das múltiplas inserções sociais daquele ator social não é fortuita: ela permite perceber que por isto, ao estabelecer suas relações contratuais, o agricultor está construindo alguns parâmetros para sua própria trajetória de vida, produzindo uma nova categoria social de agricultores com pontos de identidade e de afastamento em relação aos demais e engendrando uma parte da dinâmica da rede econômica com a qual passa a se associar, já que suas ações podem interferir nos rumos de tal dinâmica.

Sobre esta última questão -a da possibilidade dos agricultores interferirem na dinâmica da rede agro-alimentar- é importante lembrar que os sindicatos e associações de suinocultores têm conseguido interferir no processo de contratualização. Não se trata, no Brasil, de grandes pressões com resultados espetaculares, mas de pequenas conquistas nas normas de aceitação e avaliação do seu produto e no seu respectivo preço. Tais resultados são variáveis segundo a agroindústria integradora e segundo a força ou representatividade dos órgãos associativos dos produtores. De qualquer forma, há um processo de construção de uma historicidade por parte destes agricultores, mais ampla que suas próprias histórias de vida, mas estreitamente ligadas a elas.

## Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS, 1993. A suinocultura no Brasil. Concórdia, 1993

BELATO, D., 1986. A subordinação do camponês no interior das cadeias alimentares: integração e contratos de produção, *Contexto e Educação*, Universidade de Ijuí, Ano I, jan/mar/1986, nº 1.

BERGAMASCO, S.M.P. e KAGEYAMA, A., 1989/1990. A estrutura da produção no campo em 1980. São Paulo, *Perspectivas* 12/13: p.55-72.

BONIN, A., 1993. "Acteurs et consommateurs: valeurs et stratégies". In: GREEN, R et SANTOS, R, 1993- *Brésil: un système agro-alimentaire en transition*. Paris. IHEAL/CNRS.

BONIN, A., FERREIRA, A. e GERMER, C., 1988. A luta pela terra no Paraná recente. in: PAZ, F org. *Cenários de Economia e Política do Paraná*, Curitiba, Editora Prephácio.

BRANDENBURG, A. e FERREIRA, A.D., 1991. Agricultura familiar contratualizada às agroindústrias no Paraná. *Anais do Seminário Inovações Tecnológicas e Reestruturação do Sistema de Alimentar*, Curitiba, GEAS/CAPES-COFEUCB.

BRANDENBURG, A. e FERREIRA, A.D., 1993- *A relação contratual entre suinocultores e agroindústrias*, Curitiba, mimeo.

CAMPOS, I., 1987. *Os colonos do Rio Uruguai; relações entre pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense*. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, dissertação de mestrado.

CAÑADA, J.S., 1988. *Agricultura contractual y coordinacion vertical en el sector agrario: áreas de investigacion y analisis bibliográficas*, Madrid, Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion.

DALLA COSTA, A.J., 1990. *A situação do complexo de carnes no sul do Brasil*. Curitiba. DESER. mimeo.

**R. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.33, nº 03, p. 63-82, jul./set 1995

DENARDI, R.A., 1990. *Anotações sobre o perfil da agroindústria no Brasil*. Curitiba. DESER, mimeo.

EMBRAPA. CNPSA., 1992. *Análise prospectiva do complexo agroindustrial de suínos no Brasil Documentos*, nº26, Concórdia.

FERREIRA, A.D., 1984. *Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná*. Curitiba, tese de mestrado.

FERREIRA, A.D., 1987. Movimentos sociais rurais no Paraná, in Bonin et alii *Movimentos sociais no campo*. Curitiba, CRIAR/Scientia et Labor.

FERREIRA, A., 1993. Agriculture et réseau agro-alimentaire: le rôle de la contractualisation. in: GREEN, R et SANTOS, R., org-1993 *Brésil: un système agro-alimentaire en transition*. Paris, IHEAL/CNRS

GRAZIANO DA SILVA, J., 1981. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.

GREEN, R. e SANTOS, R., 1991. Economie de réseau et réstructuration du système agro-alimentaire In: GREEN, R et SANTOS, R., 1993- *Brésil: un système agro-alimentaire en transition*. Paris, IHEAL/CNRS.

GUYOMARD, P., 1989. Forces et faiblesses de l'agriculture bretonne. in: *Realités Industrielles*, nº spécial déc 1989, Paris.

MARTINE, G e GARCIA, R. C., 1987- *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Editora CAETES.

PAULILO, M.I., 1990. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis, Editora da UFSC/SECE

WANDERLEY, M.N.B., 1988. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas. São Paulo. *Cadernos IFCH UNICAMP*, Campinas, nº19, junho.